



AFRO MANGABEIRA – TRILHA ANTIRRACISTA EM FOCO

Rosângela Cristina Gonçalves¹

Roseli Souza Cruz²

INTRODUÇÃO

A escola enquanto instituição social, sendo a primeira instituição onde educandos negros se deparam com o racismo, inserida dentro de uma condição educadora, não reconhece em seu interior a discriminação ou práticas discriminatórias, nem raciais ou preconceituosas. Nela o racismo se dá de maneira sutil, silenciosa e perversa, portanto, acaba sendo menos comum atribuir práticas racistas institucionais.

Nos deparamos com questões de preconceito em relação ao educando negro/a, ações individuais de discriminação direta ou indireta, onde este muitas vezes denuncia e acaba ouvindo da equipe gestora que não passa “de coisas de sua cabeça”, como ocorre muitas vezes em várias escolas.

Segundo Almeida (2018, p. 33), “o racismo institucional é menos evidente, muito mais sutil, menos identificável em termos de indivíduos específicos que cometem atos”. As instituições operam dentro de um sistema legal e normativo, através de documentos oficiais, e que são muitas vezes legitimados indiretamente por quem os concebe. Muitas vezes práticas coletivas de um racismo institucional que invisibiliza o aluno negro, desprezando sua história, sua trajetória, o tratando como mais um “problema” não levando em consideração suas demandas e dando voz, escuta nas suas “dores”.

A partir do exposto, nós da EE. Prof. Dr. Paulo Mangabeira Albernaz, escola pública localizada na cidade de Campinas, SP, Distrito de Nova Aparecida, na zona oeste, iniciamos o ano letivo de 2022, após dois anos de

¹ Mestre em Educação. Coordenadora de Gestão Pedagógica Geral na EE Prof. Dr. Paulo Mangabeira Albernaz, Campinas, SP. E-mail: rcristinagoncalves@prof.educacao.sp.gov.br

² Especialista em Psicopedagoga. Diretora Geral da EE. Prof. Dr. Paulo Mangabeira Albernaz, Campinas, SP. E-mail: roseli.cruz@educacao.sp.gov.br



pandemia, o Projeto Trilha Antirracista coordenado pela Diretoria de Ensino Campinas Oeste e desenvolvido por todos da equipe escolar, professores, alunos e funcionários. O objetivo do projeto foi desenvolver ações que visavam mobilizar a comunidade escolar para uma conscientização do papel da escola na discussão da temática étnico racial, em atendimento à Lei 10.639/03.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

Iniciamos logo o ano com uma palestra com o Movimento Negro Unificado de Campinas, para os alunos do Ensino Médio, com o objetivo de despertar e sensibilizar, alunos e professores para a temática. A escola oferece os seguintes ciclos: ensino fundamental e ensino médio, com uma população total de alunos em torno de 400 alunos de acordo com os dados do IDEB/21³. Em pesquisa interna⁴, realizada no início do ano letivo, tivemos como resultado 16% de alunos(as) que se autodeclararam negros(as).

No processo de escolarização, desde o início da Educação Infantil até o Ensino Médio, ao longo de décadas o educando negro inserido numa instituição educacional não tem referências positivas com a sua história, e como esta é apresentada nos livros didáticos. Como despertar o orgulho, o pertencimento do aluno, num espaço opressor de apagamento e invisibilização de sua representatividade no processo de construção de sua identidade? Qual contribuição a escola, enquanto formadora da cidadania, tem na desconstrução do conceito de raça e do racismo na formação do educando?

Foi no sentido de desconstrução e atendendo à legislação que iniciamos a Trilha Antirracista na escola, através de ações que visassem incluir os alunos negros, valorizando sua identidade e autoestima. Foi criado na escola um Comitê Antirracista, formado pela equipe gestora, funcionários, professora do ensino fundamental e ensino médio e alunos representante do Grêmio

³<http://cdn.novo.qedu.org.br/escola/35045697-paulo-mangabeira-albernaz-prof-doutor/censo-escolar> <Acesso em 28/12/2021>

⁴ Através de um questionário investigativo, com questões fechadas, onde uma das perguntas se referia a autodeclaração.



Estudantil. Traçamos roteiro com reuniões quinzenais, delimitamos nossas ações ao longo do período.

Atuamos em duas frentes: formação do corpo docente e atividades desenvolvidas em sala de aula. As formações com o corpo docente ocorreram durante o ATPCG (Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo Geral e por Área), onde realizei encontros formativos trazendo textos, vídeos e indicações de leituras e atividades para serem implementadas por todas as disciplinas do currículo em sala de aula. Além de palestras de outros profissionais sobre o tema.

A escola hoje está sendo forçada a se redefinir na sociedade, através de um movimento de pressão sobre ela e a sociedade. Portanto, fazer uma leitura crítica e densa do que era ensinado sobre educação étnico racial neste espaço, é tarefa primordial para uma mudança de paradigma. A discussão vai além da escola, pois está emaranhada na sociedade e esta precisa sair da casa de vidro.

A alfabetização racial no Brasil passa por todos, negros e brancos. Pensar uma educação antirracista é tarefa precípua da escola, rompendo com uma visão patriarcalista, colonialista e racializada.

Utilizando-se da metodologia *Design Thinking*⁵ a partir das etapas da Trilha, desenvolvemos essa sequência didática com o tema: Política, poder, micropoderes e as relações com a legislação, com objetivo: desenvolver o conhecimento, a criticidade e estabelecer relações entre o cotidiano dos jovens e as manifestações dos micropoderes expressos nas políticas públicas para a juventude, à luz da legislação.

Pensar os lugares de poder é romper com o patriarcalismo e por conseguinte, entender o lugar do negro nesta estrutura, a identidade como um lugar político e de resistência. A educação é importante neste processo porque atua nos indivíduos, ela que os instrumentaliza ao pensamento crítico, na produção do pensamento autônomo.

O trabalho desenvolvido durante o ano letivo de 2022, que culminou com a Semana Antirracista, ocorrida entre os dias 16 e 18 de novembro, que teve

⁵ "Pensamento do design", é uma abordagem criativa para a solução de problemas complexos, com ênfase no ser humano. Sua essência é explorar diferentes possibilidades para gerar mudanças significativas na vida das pessoas.



participação de convidados palestrantes e oficinas coordenadas pelos professores. Todo trabalho desenvolvido foi apresentado em evento realizado pela Diretoria de Ensino Campinas Oeste na Semana Antirracista.

No entanto, o mais importante é ressaltar que tanto docentes quanto discentes, puderam compreender a importância da discussão da temática étnico racial no contexto escolar, compreendendo que é papel da escola o enfrentamento do racismo através de ações que favorecem que as pessoas saiam da omissão, da negligência e do silêncio diante das discriminações e desigualdades raciais. São práticas que elucidam as discriminações presentes na realidade e o racismo institucional, desconstruem estereótipos e preconceitos, estimulam a mudança de atitude diante do racismo por meio da mudança de olhar e novos saberes sobre a história e cultura afro-brasileiras.

CONSIDERAÇÕES

Vale ressaltar que este projeto foi o início, mesmo que tardio, da implementação de ações em relação à temática étnico racial. Embora saibamos que a Lei 10.639/03 está prestes a completar 20 anos no próximo ano, ela ainda encontra resistência em sua implementação nos contextos escolares. Quando se conhece a legislação, minimizam os problemas na mediação tornando-a possível, e otimizando os resultados de atuação tanto dos professores quanto da comunidade escolar.

Um simples gesto de um professor pode representar muito na vida de um aluno, mesmo sendo este aparentemente insignificante, tem uma força formadora ou pode contribuir à assunção do educando. (FREIRE, 2019, p. 41)

Apenas mudando coletivamente o modo como olhamos para nós mesmos e para o mundo, é que podemos mudar como somos vistos. Neste processo buscamos criar um mundo onde todos possam olhar para a negritude e para as pessoas negras com novos olhos.

REFERÊNCIAS



ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Lei 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na Educação do Ensino Fundamental e Médio**, 2003.

_____. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC/CNE/CP, 003, 2004

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. (Coleção Consciência em Debate)

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 61ªed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOMES, N. L. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: Munanga, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

Hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: SECAD/MEC, 2005.